

JAI ME CAYCEDO*

IMPACTO REGIONAL DO CONFLITO COLOMBIANO NA AMÉRICA LATINA

O PLANO COLÔMBIA, posto em prática durante as administrações Pastrana-Clinton em 2000, e concebido como um plano contra-insurgente sob o disfarce de um plano antinarcóticos, alterou seus objetivos de primeiro plano para destacar o antiterrorismo como elemento central principalmente por duas razões: a mudança no enfoque estratégico de Washington e a mudança interna na orientação político-militar do regime colombiano. Ambas as mudanças estão relacionadas; cada uma delas tem a ver com visões convergentes, mas distintas. A primeira assenta as bases do domínio mundial e fornece instrumental para seus auxiliares regionais; a segunda olha para dentro, com a idéia de resolver com mãos alheias e ajuda exterior os conflitos históricos sociopolíticos internos e a incapacidade de gerar uma liderança regional correspondente a sua potencialidade geopolítica estratégica. A interação destas condutas afeta negativamente a região, a América Latina e o Caribe em seu conjunto, quanto conduz à “internacionalização ativa” do conflito, no mesmo momento e processo em que se tenta montar uma integração hemisférica, fundada em acordos bilaterais de livre comércio –e na sua potencial sistematização na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)– como expressão da hegemonia dos Estados Unidos.

Tal efeito tem alcances sociais muito profundos, dada a onda de crise econômica e sociopolítica em que a região andina se encontra mergulhada. As

* Professor da Universidade Nacional da Colômbia e Secretário Geral do Partido Comunista Colombiano.

mobilizações populares na Bolívia, que impuseram a renúncia do presidente Sánchez de Lozada, e os resultados eleitorais de 25 e 26 de outubro na Colômbia, que rechaçaram o referendo de Uribe Vélez e lançaram correntes independentes e progressistas aos governos locais, mostram um grau crescente das resistências e um novo caminho de busca de alternativas para a resolução da crise. Não podemos abordar tentativas de explicação sem levar em conta estas novas realidades.

Uma maneira de nos aproximarmos de uma tentativa de explicação desta situação seria, em primeiro lugar, examinar rapidamente a mudança estratégica global em geral e em sua relação com a América Latina e o Caribe, e, em particular, o significado da *guerra preventiva* tal como ela é formulada e praticada hoje, diferentemente da guerra preventiva da época do equilíbrio bipolar. Esta nova visão deve ser analisada no contexto globalista atual como parte da *guerra pelo predomínio mundial*, meta fundamental da segurança nacional dos Estados Unidos sob a orientação de Bush, que inclui a ALCA, a Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA) e os esforços para reativar, de alguma forma, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Em segundo lugar, trataremos da virada para a solução militar radical do conflito interno por parte do núcleo fundamental da burguesia colombiana, em suas vinculações com a economia, a ALCA e a *guerra pelo predomínio*. O conflito colombiano, no contexto da guerra preventiva e como parte integrante da guerra pelo predomínio, ganha uma incidência regional especialmente grave. Na realidade, a evolução das posições dos estados latino-americanos frente à Colômbia tem a ver de alguma maneira com os dois elementos da estratégia global. Isto não significa que se perda o sentido do peso do interno, sobretudo da luta social e de suas conseqüências políticas nos países vizinhos.

Uma conclusão provisória fornecerá a pista das tendências que podem marcar a evolução futura do conflito colombiano, em particular aquela que aponta para a saída política negociada, com a neutralização do intervencionismo militar do Plano Colômbia e com soluções internas para os desequilíbrios sociais e a exclusão política.

A COLÔMBIA NA ESTRATÉGIA GLOBAL DE BUSH

A guerra preventiva de Bush é uma guerra pelo predomínio mundial, não uma guerra exclusivamente militar. O desdobramento, a montagem e as ações militares complementam o quadro da dominação econômica e política. Abran-

gem, em escala geral, o controle social, a contenção das forças sociais opositoras e/ou anti-sistêmicas e o remodelamento institucional correspondente a uma subordinação permanente.

Não é uma guerra preventiva como aquelas que conhecemos nas décadas de 1960 e 70. Então, no contexto do bipolarismo, as ações preventivas sob a modalidade de conflitos de baixa intensidade (CBI) apontaram para a contenção anticomunista. No caso colombiano, mais concretamente, o Plano LASO (1960-1965, siglas em inglês de Latin America Strategic Operation) inscreve-se na “visão contra-insurgente ‘desenvolvimentista’”, nos termos de Alfredo Rangel. No plano militar, tentava o aniquilamento da guerrilha nascente através de ações amplas:

[P]ara sua erradicação em certos territórios onde o Estado havia perdido o controle, e que estavam se convertendo em “repúblicas independentes”. No plano político, o propósito era tirar os apoios da população à guerrilha, mediante campanhas denominadas cívico-militares, de claro corte assistencialista e que ignoravam as razões estruturais profundas da insurgência (Rangel, 2001: 354-355).

Mesmo quando autores como Rangel consideram a ação contra-insurgente como uma elaboração interna, resultado de formulações das autoridades militares colombianas, são os fatores externos de contenção anticomunista da estratégia estadunidense que inspiraram o empreendimento deste tipo de ação político-militar. O plano LASO implicava uma mudança na concepção do tratamento da “ordem pública”, pondo ênfase na destruição-dispersão dos núcleos organizados do campesinato, que, depois das aparatosas operações militares efetuadas sob a ditadura militar de Rojas Pinilla, no interregno da Junta Militar e do primeiro governo da Frente Nacional (1957-1958), teve um respiro com a retirada do exército de várias regiões agrárias.

O enfoque cívico-militar, longe de representar apenas uma alternativa militarista, atuou no plano político especialmente com a aprovação de uma lei de reforma agrária e com o início de um processo de organização, a partir do Estado, dos setores do campesinato que puderam se beneficiar de tal lei. Segundo as opiniões de vários dos dirigentes guerrilheiros, o período mais difícil e de maior perigo de instabilidade para a guerrilha foi o da incidência dos projetos do Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incora), que coincidiram com a presença e a atividade insurgente (1966-1972). Nesse sentido, o tipo de reforma agrária posto em andamento, especialmente sob o governo de Carlos Lleras Restrepo, apesar de suas limitações e baixa cobertura, atingiu o movimento guerrilheiro em desenvolvimento e afetou-o mais eficazmente do que a ação cívico-militar sozinha (Caycedo, 1998: 5). É com a reversão relativa da semi-reforma agrária em 1973, e com a promulgação do Estatuto de Seguran-

ça no final da década, que a luta guerrilheira recobra força e adquire notável influência nos fenômenos políticos dos anos 1980.

Os processos de diálogo e negociação que se iniciam a partir de 1982 com o governo Betancur (1982-1986) refletem as mudanças no contexto latino-americano, influenciadas pelo desenvolvimento dos conflitos centro-americanos e pelos esforços para encontrar saídas negociadas. As relações entre civis e militares foram muito tensas em torno de aspectos como as desocupações, os procedimentos de verificação do cessar-fogo, os assaltos a acampamentos em trégua, a guerra suja contra a União Patriótica e o Partido Comunista Colombiano (PCC), etc. Em essência, a tendência predominante para a solução política impediu, em parte, um maior desenvolvimento militar. Mas essa alternativa recebeu o influxo dos conselheiros do Pentágono e do Comando Sul, com procedimentos e iniciativas para enquadrar a utilização do CBI em cenários de negociação previamente desenhados por eles. A tendência para a solução política se mantém até a virada de 2002, após a ruptura do processo de negociações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em El Caguán.

Quais as razões que explicam essa virada na orientação do regime? O estancamento e desgaste do processo de diálogo sem maiores resultados; a ineficácia das operações militares, sob o pretexto de que os militares estavam de mãos atadas pelos compromissos com os direitos humanos e pelas investigações da Procuradoria; a percepção da classe dominante da impossibilidade de conseguir uma negociação “a baixo custo” e de que o diálogo prolongado facilitava a acumulação de forças da insurgência.

Nesta mudança incidem o Plano Colômbia, posto em andamento em 2000, e as conseqüências dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. O novo matiz predominante na doutrina estratégica dos Estados Unidos torna-se decisivo no processo do conflito interno colombiano. Nisso reside a mudança de ênfase no Plano Colômbia em relação à ação contra-insurgente sob o rótulo antiterrorista. O CBI é elevado à categoria de representante da política exterior do país, sob a forma de um programa de erradicação de cultivos de uso ilícito, no contexto da luta antinarcóticos, mas a nova ênfase desmantela a aparência exclusivamente antinarcóticos e desvenda a verdadeira orientação de fundo.

UM NOVO QUADRO DE REAJUSTE HEGEMÔNICO

A mudança de ênfase revela uma mudança estratégica:

A ascensão hegemônica dos Estados Unidos, vivida como um processo de reprodução do sistema, desenvolve-se segundo um esquema recorrente da prevalência que assegura um quadro político e de segurança favorável à expansão hegemônica.

[...] A “modelação” com predomínio do sistema mundial, através da manutenção de uma posição dominante no seio da nova ordem globalizada, implica uma submissão generalizada à globalização pelas normas e pelos regimes (governabilidade, transparência, regras jurídicas, livre câmbio, intervencionismo, etc.), mas também por meio da guerra ou da ameaça de guerra, ou, inclusive, pela demonstração dissuasiva de uma superioridade tecnológica e informacional (Bédar, 2003).

Se este olhar tem sentido, a nova orientação da política estadunidense cobiça num mesmo projeto uma remodelação do mundo sob sua hegemonia, que compreende o econômico, o jurídico e o político-militar. Segundo Bédar, está em desenvolvimento uma nova perspectiva geopolítica que promove “espaços de aglomeração” regionais, como a ALCA, com a pretensão de garantir neles a segurança do sistema, neutralizando as resistências aos efeitos da globalização e/ou aquelas associadas à criminalidade em redes, ambas consideradas como equiparáveis¹.

O tratamento do conflito colombiano, seguindo a orientação hegemônica de Bush, afetaria assim o espaço de aglomeração em seu conjunto, e não exclusivamente o fenômeno interno colombiano. Por isso a estratégia está prevista para dominar o conjunto das resistências e projetar a prevalência hegemônica. Associada ao esquema da guerra preventiva permanente, ela implica, com seus recursos e normas transnacionais jurídico-econômicas, a imposição de um predomínio tecnológico, político e comercial inquestionável.

A POLÍTICA INTERNA E SEU EFEITO REGIONAL

O segundo aspecto a ser considerado refere-se à mudança na percepção dos setores governantes quanto às opções de vitória militar sobre a guerrilha. A eleição de Álvaro Uribe como presidente representou uma guinada da política colombiana em direção à escalada do conflito interno, o compromisso com o Plano Colômbia, o livre comércio e a ALCA, e uma liderança da direita pró-imperialista no perfil internacional do país.

Como lembrou Álvaro Vásquez (2003), a posição tradicional do *establishment* na Colômbia foi a de uma solução militar do conflito. O rompimento dos diálogos em fevereiro de 2002 desvendou uma postura histórica dos governos colombianos. Tanto os esforços militares quanto os de caráter políti-

1 Do ponto de vista dos teóricos do Banco Mundial (BM), existe uma estreita relação entre as resistências anti-sistêmicas com a forma de guerra civil e o chamado “crime organizado” (Caycedo, 2003a). Uma ajuda maior e de melhor qualidade, o controle sobre os recursos naturais e uma intervenção militar suficientemente prolongada e de custos compartilhados deve presidir a estratégia do BM no tratamento do chamado “pós-conflito” (Collier, 2001).

co, inscritos ambos na contra-insurgência, buscaram a derrota do movimento guerrilheiro e a negociação unicamente com uma insurgência dominada. O que se revelou estranho ou novo foram as tentativas, a partir do governo de Betancur, de reconhecer a guerrilha como um interlocutor político e aceitar a possibilidade de mudanças sociais e institucionais como base de um eventual acordo de paz.

A virada à qual aludimos significa o convencimento e a decisão dos governantes de pôr fim, de maneira taxativa e definitiva, à luta armada guerrilheira. O regresso à velha postura conta agora com fatores externos de impulsão: o intervencionismo militar e a aliança estratégica implícitos no Plano Colômbia; a nova doutrina de Washington; as mudanças introduzidas pela ajuda militar, armamentista e tecnológica no quadro geral do enfrentamento. A presença direta de empreiteiros e mercenários estadunidenses marca um fato novo no processo atual. A ampliação da guerra aérea, que predomina sobre as ações em terra, o aumento da ajuda para a inteligência militar em tempo real, o desdobramento da política de “segurança democrática” em termos de redes de informantes, cooperadores e soldados camponeses, que integram e institucionalizam parte dos aparelhos paramilitares na política oficial, mostram uma modificação na estratégia, um compromisso maior e uma exigência crescente de resultados por parte das forças militares do país.

A presença quase permanente do comandante do Comando Sul no desenvolvimento das operações indica que a enorme influência do complexo militar-industrial dos Estados Unidos sobre a administração e sobre o Pentágono o aproxima perigosamente de uma participação cada vez mais direta no conflito armado colombiano e condiciona, de maneira negativa, as opções de regresso a uma solução política negociada. O governo colombiano concordou em endossar um acordo que exime de responsabilidade penal o pessoal militar estadunidense no país, frente à justiça colombiana e frente à Corte Penal Internacional (CPI). A obsessão pela vitória militar contra-insurgente, como mentalidade predominante hoje na burguesia colombiana, mostra duas conseqüências: a tendência de renunciar a um projeto próprio de sociedade, nação e desenvolvimento; e a escolha de uma via militar de inserção de sua presença política no contexto de transnacionalização representado pelo livre comércio, pela ALCA e pelas relações hemisféricas (Vásquez, 2003: 708-711).

Como no passado, a burguesia colombiana retorna ao pensamento neocolonial da lei de gravitação em torno dos Estados Unidos como destino fatal da América Latina e do Caribe, isto é, a uma versão contemporânea da doutrina Monroe, reatualizada para o projeto globalista. Esta posição representa uma tendência constante, com diversas variantes, da política de Washington (Soppelsa, 2003: 179). Muito mais estranho e anômalo é que um governo

latino-americano a assuma, quando a tendência predominante no continente é em direção a uma maior autonomia. A guerra, e seu desenlace, sujeita todo projeto de progresso, mudança e desenvolvimento à burguesia colombiana, que hipoteca sua autonomia no intrincado emaranhado dos interesses dos monopólios transnacionais e do império. É a tentativa da direita de dar uma saída à crise, mas é também a via pela qual dá as costas aos processos de luta social antiglobalização e de mudança política democrática que têm expressão nos governos e processos da Venezuela, Brasil, Equador, Argentina, Paraguai, Bolívia, e nas perspectivas eleitorais do Uruguai.

A ALCA, como “espaço de aglomeração” e de influência territorial, e seu núcleo primordial –os acordos bilaterais (e não a negociação coletiva)–, é a estratégia dos Estados Unidos, associada a uma política que condiciona a remodelação da América Latina e do Caribe. O centro operacional do intervencionismo baseado na negociação-dissuasão é a Organização dos Estados Americanos (OEA), e seu instrumento principal é a chamada Carta Democrática. Na espera –algo difícil de se obter– de um compromisso militar para a ação coletiva no âmbito do TIAR (hoje muito questionado) ou de outro mecanismo ou acordo similar, a pressão que surge do consenso da Carta não consegue oferecer soluções, uma vez que tomou partido nas disputas internas dos diferentes conflitos.

As propostas de maior significado emanam hoje do que alguns começam a chamar de Plano Colômbia II. Essencialmente, busca-se dar legitimidade à opção das ações coletivas, incluídas as ações militares, que não apontam somente para o conflito colombiano, mas também para a eventual intervenção no processo venezuelano e, por que não, em outros casos que impliquem “desvios” da Carta Democrática, considerados perigosos ou inconvenientes (Caycedo, 2003b).

UMA SEGUNDA PARTE DO PLANO COLÔMBIA?

Tanto a Chancelaria como o Ministério de Defesa começaram a falar de um Plano Colômbia II. Não se conhece até a presente data (outubro de 2003) um texto específico que o descreva. Podemos, contudo, inferir algumas deduções em torno das novas ênfases que destacam, na ajuda dos Estados Unidos, aspectos da *guerra pela prevalência*, associada à *guerra preventiva*.

Em primeiro lugar, o Plano Colômbia II contempla a consolidação de uma área de desenvolvimento estratégico na confluência dos Andes, do Caribe e da Amazônia, a partir do compromisso de outros governos, se não

em conjunto, um a um. Neste sentido, pode-se entender a reacomodação política do presidente Lucio Gutiérrez, em sua “gravitação” em torno de Washington e de Uribe Vélez. Um ganho considerável da estratégia é o de conseguir integrar, de maneira mais comprometida, um Estado como o Equador. Já não é só a base de Manta, mas também a franja fronteiriça de San Miguel-Putumayo, uma das regiões continentais mais estratégicas, submetidas atualmente a uma intensa fumigação²; é a cooperação militar e policial, mais discreta mas não menos comprometida; é a conduta do governo de Toledo, no Peru, sobretudo a partir da reunião de cúpula do Grupo do Rio em Cusco e da proposta ali introduzida por Uribe e Lucio e dirigida ao secretário-geral da ONU.

Em segundo lugar, pressupõe converter a Colômbia e o Equador num espaço operacional militar desestabilizador para a Venezuela e/ou eventualmente para a Amazônia brasileira. Consolida-se o polígono de bases militares que circundam a área andina, foco de instabilidade e de conflito, o que inclui a Venezuela e seu regime político atual como “inimigo”. A nova base militar de Caño Limón, no departamento de Arauca, e seu complemento na base aérea de Marandúa, no departamento do Vichada, ambos na fronteira com a Venezuela, completam um eixo transversal que compreende as bases de Manta (Pacífico equatoriano); Tresesquinas-Larandia (alta Amazônia colombiana); Cañolímón-Marandúa (Orinoquia colombiana); Aruba-Curaçao (Caribe holandês) como zona de controle por satélite, espionagem aérea e operações militares. Outras bases estadunidenses na América Central, na América do Sul e no Caribe complementam esta montagem. As manobras militares conjuntas, fundadas na hipótese de intervenção coletiva num país afligido pela guerra civil, são recorrentes desde 1999.

A Venezuela mostrou preocupação com a atividade paramilitar com propósitos de desestabilização interna, agenciada a partir de Cúcuta e da fronteira do Catatumbo.

Por sua vez, as tentativas do Comando Sul de implicar o Brasil e o Paraguai com as rotas da droga que vêm da Colômbia, a partir das operações sobre os rios Vichada e Guainía-Rio Negro, nos limites com o Brasil³, estendem até a

2 O Putumayo, afluente do Amazonas, é navegável quase até o pé do monte. Do Atlântico pode-se chegar até os Andes e, por estrada, até o Pacífico. É uma zona petrolífera do lado equatoriano e do colombiano. Um oleoduto bombeia petróleo até o porto de Tumaco.

3 Em 2001, a operação “Gato Negro”, com a participação da Força de Desdobramento Rápido do Exército Colombiano (Fudra) e do Comando Sul, atacou a denominada conexão brasileira ao deter Fernandinho Beira-Mar, um narcotraficante de segundo escalão no Brasil, e mostrá-lo como uma figura relevante por sua suposta relação com as FARC.

denominada Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) a seqüência que justifica a atividade militar⁴.

Poder-se-ia dizer que esta função ampliada do Plano, sob a denominação de Iniciativa Regional Andina (ATDEA), inclui, além do ativo papel do Equador, o Panamá e outros Estados no papel de coadjuvantes. Organismos assessores, como o International Crisis Group, recomendam a ativação de todos os convênios militares e policiais entre a Colômbia e seus vizinhos, para conter os grupos irregulares (International Crisis Group, 2003: i-iv).

Em terceiro lugar, prossegue o armamentismo unilateral do exército e da polícia colombianos frente aos países vizinhos. O traslado da guerra para a selva, como anunciado por Uribe, para “buscar os bandidos em seus esconderijos”, reflete o aspecto operacional estratégico principal na orientação da guerra: a chamada Operação Decapitação, que tenta apanhar de surpresa os estados-maiores das organizações guerrilheiras, atrás dos denominados “alvos de alto valor”, para tentar pôr fim, de uma maneira rápida, aos centros nevrálgicos da insurgência. Donald Rumsfeld ofereceu cooperação para o treinamento de comandos especializados em “operações de selva”. Outros objetivos, que nada têm a ver com a luta antinarcóticos, buscam o desmantelamento de grupos de milícias urbanas e de inteligência técnica para prevenir ataques terroristas.

Junto a isto, é necessário levar em conta a reativação da interdição aérea (suspensa desde 2000 pela derrubada, no Peru, de um monomotor com missionários), a extensão em permanência e cobertura da espionagem aérea e por satélite, que passa informação em tempo real para as tropas, e a ajuda de mais de cem milhões de dólares para a proteção do oleoduto Caño Limón-Coveñas, apropriado pelo Congresso estadunidense por fora da Iniciativa Regional Andina.

Uribe insistiu na proposta dos “boinas azuis” da ONU para prestar assistência humanitária e verificar o processo de reinserção dos paramilitares. Uma força preventiva da ONU também poderia se interpor nas fronteiras, para conter o deslocamento de guerrilheiros e proteger os países vizinhos. O debate continua, em que pese o ceticismo dos governos da região e a sua negativa de intervir sob qualquer forma no conflito colombiano, pelo temor de se verem envolvidos na contra-insurgência ou se expor a uma intervenção dos Estados Unidos.

Em quarto lugar, a política de fumigações é intensificada inclusive nas fronteiras, com doses ainda mais concentradas e prejudiciais, desconsiderando

⁴ As manobras Água III, previstas para esta área, foram suspensas nas vésperas de seu início em razão das pressões que surgiram após terem sido denunciadas.

as decisões dos tribunais colombianos e as recomendações dos organismos ambientalistas. A informação a respeito do efeito prejudicial sobre as populações tende a ser omitida e minimizada nos dados oficiais.

A consequência do que foi dito acima pode ser observada no fato de que o governo colombiano modificou radicalmente a política de paz dos governos anteriores. A política atual é de guerra e de vitória bélica. Só se admite o diálogo quando há rendição. Os acordos humanitários teriam um efeito desmoralizante para as tropas, segundo o governo, que deu prioridade à cooperação com o pessoal norte-americano para resgatar os três reféns dessa nacionalidade em poder das FARC. O governo não realiza nenhum esforço visível para progredir nos acordos humanitários. Dificulta, em vez de facilitar, as ofertas do grupo de países amigos, inclusive o Brasil e a Venezuela, como mediadores para a aproximação. Está pendente o processo de diálogo entre o secretário-geral da ONU e seu representante pessoal com as FARC. O Brasil ofereceu seu território para tal encontro, mesmo quando alguns analistas mostram-se céticos (Malamud, 2003: 5).

Todo avanço em direção a uma solução política negociada na Colômbia e a uma saída pacífica que neutralize o intervencionismo militar de Washington implica uma mudança na atual orientação do governo, de suas prioridades no plano interno e de sua incondicionalidade diante dos compromissos com os Estados Unidos. Somente uma pressão muito grande, no plano interno e no externo, pode alcançar este propósito.

Sendo assim, sustentamos que existem coincidências fundamentais entre todos aqueles que percebem os perigos que derivam de uma situação tão complexa como a que envolve a Colômbia e o conflito interno colombiano. Sua solução é cada vez menos um assunto puramente colombiano e converte-se numa necessidade da América Latina e do Caribe para viver em paz, estabilidade, soberania, e progredir na solução de seus problemas sociais e culturais.

CONCLUSÕES

O Plano Colômbia é sem dúvida uma ferramenta de dominação que ameaça a estabilidade e a autonomia da América Latina e do Caribe. Vem se fortalecendo pela ação e pela ajuda unilateral do governo dos Estados Unidos. Esta ajuda ampliou-se por fora do Plano para abarcar objetivos específicos de fachada, como a proteção de um oleoduto da Shell-Occidental, quando o verdadeiro objetivo é construir um complexo militar na fronteira da Colômbia e Venezuela.

Não é possível julgar a incidência do conflito interno colombiano à margem do Plano Colômbia, da guerra preventiva permanente e da guerra pela prevalência hegemônica dos Estados Unidos, em sua tentativa de remodelar as relações hemisféricas em função da tríade ALCA-Carta Democrática-Plano Colômbia. Mas isto também não é possível sem se levar em conta a orientação interna da burguesia colombiana, que consegue tirar proveito de suas vantagens comparativas, a saber, por um lado, seus vínculos com os negócios ilícitos, e por outro a posição geopolítica excepcional de seu território a serviço da prevalência hegemônica imperialista.

As vertentes populares e democráticas da sociedade civil na América Latina e no Caribe devem se identificar e identificar seus interesses comuns para coadjuvar uma solução diante de uma situação que ameaça a estabilidade, a coexistência, a cooperação e a potenciação de sua integração regional autônoma numa situação de crise. As mudanças –muito importantes– em curso, que apontam para a resolução de antigos e novos desequilíbrios sociais a cargo de reagrupamentos de centro-esquerda, requerem resistência à ofensiva neocolonial da ALCA, aos acordos de livre comércio e às políticas neoliberais concebidas como fatalidades iniludíveis. Movimentos sociais, forças políticas, religiosas, culturais, de gênero e etno-sociais, e parlamentos e governos, podem contribuir para que a solução política negociada do conflito interno na Colômbia se processe com soberania e total autodeterminação do povo e da nação colombianas.

A unidade de uma ação mais ampla é urgente para conter o neo-intervencionismo. Isso significa fortalecer os laços bilaterais, desde a economia até a cultura; significa encurtar distâncias para uma maior integração, em vez de uma espacialidade de aglomeração; significa fortalecer os acordos sub-regionais, MERCOSUL e CAN, aproximá-los, evitar que os acordos de livre comércio acabem fragmentando ainda mais a América Latina e o Caribe.

Os governos amigos podem desempenhar um papel eficaz em torno de uma causa comum: tornar viáveis a solução política negociada na Colômbia e a não-intervenção dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe, para garantir a verdadeira segurança regional, para consolidar a autonomia como força coletiva, para pôr um ponto final à pretensão intervencionista do imperialismo. Esta é a via mais curta para impedir o agravamento da ameaça no continente. Nem o conflito colombiano é tão rebelde a uma saída política, nem os Estados Unidos são tão onipotentes a ponto de impor uma vontade unilateral sem consenso.

A luta social se aprofunda e se estende, em ondas explosivas, sobre o eixo andino. Com exceção do colombiano, todos os estados da área viram acon-

tecer substituições de governo por vias de fato, a partir da mobilização e do protesto popular. Na Colômbia, ao contrário do que se acredita, a aparente estabilidade é resultado da força militar, policial e paramilitar desenvolvida com o pretexto de contenção antiguerrilha. Por isso também é possível a presença militar direta dos Estados Unidos. Esse equilíbrio sob a repressão não é reproduzível em outros países da área; por isso os Estados Unidos tomam o cuidado de não intervir, sobretudo nestes momentos de apogeu popular. Não o fez na Bolívia, agora, país que ocupa o terceiro lugar na ajuda militar da Iniciativa Regional Andina (IRA).

A segunda versão do Plano Colômbia começa a tropeçar em seus limites; talvez seja hora de agir para neutralizá-lo.

BIBLIOGRAFIA

- Bédar, Saida 2003 "Le Déploiement Stratégique de la Puissance Américaine" em *Diplomatie* (Paris) março-abril.
- Caycedo, Jaime 1998 "El Estado del Conflicto Social y Político Armado, y su Solución Negociada", mimeo.
- Caycedo, Jaime 2003a "Colombia en la Región Andina: Geopolítica de la Crisis" em Estrada Álvarez, Jairo (org.) *Marx Vive III. Dominación, Crisis y Resistencias en el Nuevo Orden Capitalista* (Bogotá: Universidad Nacional/Unibiblos).
- Caycedo, Jaime 2003b "Economicismo y Guerras Periféricas" em Estrada Álvarez, Jairo (org.) *Marx Vive II. Sujetos Políticos y Alternativas en el Actual Capitalismo* (Bogotá: Universidad Nacional/Unibiblos).
- Collier, Paul 2001 "Causas Económicas de las Guerras Civiles y sus Implicaciones para el Diseño de Políticas" em *El Malpensante* (Bogotá) N° 30, maio-junho.
- Corporación Colectivos de Abogados José Alvear Restrepo 2003 *Plan Colombia-no* (Bogotá: Rodríguez Quito Editores).
- International Crisis Group 2003 *Colombia y sus Vecinos: los Tentáculos de la Inestabilidad* (Bogotá/Bruxelas) N° 3. Informe sobre América Latina.
- Malamud, Carlos 2003 "Colombia, Brasil y las Naciones Unidas: ¿La Mediación es el Camino para la Paz?" em *Análisis del Real Instituto* (Real Instituto Elcano). Disponível em <<http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/>>.
- Rangel, Alfredo 2001 *Guerra Insurgente* (Bogotá: Intermedio).
- Salgado Tamayo, Manuel 2002 *Drogas, Terrorismo e Insurgencia. Del Plan Colombia a la Cruzada Libertad Duradera* (Quito: la Tierra).
- Soppelsa, Jacques 2003 "Constance de la Doctrine Monroe en Amérique du Sud" em *Revue Française de Géopolitique* (Paris: Ellipses) Dossier Géopolitique des États-Unis, Culture, Intérêts, Stratégies.

JAIME CAYCEDO

Vásquez, Álvaro 2003 “Solución Militar y Globalización” em Estrada Álvarez, Jairo (org.) *Marx Vive III. Dominación, Crisis y Resistencias en el Nuevo Orden Capitalista* (Bogotá: Universidad Nacional/Unibiblos).

